

As Realizações do Governo Federal na Amazônia: Seus Resultados e Perspectivas Futuras

Grupo de Estudo da ADESG/BSB

Chefe: Cap. Mar. Guerra ALUIZIO MOREIRA PIMENTEL (1)

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações Preliminares

Só não erram — já afirmou emérito pensador — aqueles que nada produzem.

Nós, não sem algum esforço, produzimos este trabalho, atentos à convocação que nos fez a direção deste Ciclo de Estudos. É provável, portanto, que tenhamos cometido algumas falhas ou omissões. Que as revelem os nobres colegas estagiários, creditando-as não apenas à extensão e complexidade do tema, senão também à exiguidade do tempo que tivemos para a execução da tarefa.

Por outro lado, anima-nos a certeza de que o trabalho, afinal de contas, será, no mínimo, mais um esforço em prol da compreensão da Amazônia, pois, apesar de toda a sua brutal realidade, a região foi e continua sendo extraordinariamente mística, misteriosa, desconhecida, para a maior parte da opinião pública brasileira.

Cada trabalho desta natureza, cada estudo, reportagem séria ou amostragem que se faça sobre a Amazônia, acaba trazendo a marca da revolução e constituindo novidade incomum.

Chega a ser constrangedor, conquanto justificável, que em uma pesquisa recentemente realizada em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro — segundo revela conceituada revista — 67% das pessoas entrevistadas acreditam que a Amazônia está ameaçada de cair sob o controle estrangeiro; 46% que a Amazônia significa parte não muito extensa do território brasileiro; 61% que a rodovia Transamazônica passa dentro ou perto de Manaus, e 47%, finalmente, supõem que

poderiam ir, de automóvel, de Belém a Manaus ou outras cidades isoladas do resto do País.

Vê-se, assim, que a Amazônia, não obstante a grandiosidade da obra que ali está sendo realizada e a posição de destaque que vem ocupando cotidianamente em todo o noticiário nacional e internacional, ainda não se livrou da ignorância que a envolve, nem dos tabus que a fizeram parecer impenetrável, inexpugnável.

1.2. Interpretação do Tema

Na íntegra, eis o tema que nos foi proposto:

“Constituindo a Amazônia um dos maiores desafios à capacidade do homem brasileiro, examinar, à luz dos ONP Integração Nacional e Progresso, as realizações do Governo Federal naquela região, concluindo sobre os resultados alcançados e perspectivas futuras. Sugerir medidas complementares, às já adotadas, visando a dinamização do progresso”.

Analisando-o, verificamos que nos impõe o seguinte:

a) examinar as realizações do Governo Federal na Amazônia, concluindo sobre os resultados já alcançados pelo mesmo, em termos de *Integração Nacional e Progresso* — Objetivos Nacionais permanentes (OPN) que, em síntese, *visam a completar a unidade nacional para que sejam atingidos estágios mais amplos da integração social e econômica — e superar o pauperismo e a fome, reduzir os desequilíbrios regionais e garantir oportunidades iguais para todos;*

b) dizer se as medidas postas em prática na região pelo Governo Federal serão capazes de vencer, no prazo e nas condições que requer o interesse nacional, os numerosos óbices que se antepõem à consubstanciação, relativamente à área, dos Objetivos Nacionais Permanentes acima mencionados;

c) sugerir, se for o caso, medidas complementares às já adotadas, na área, visando a dinamização do seu progresso.

1.3. Caracterização da Área Amazônica

1.3.1 Conceito de Amazônia

Geograficamente a Amazônia ultrapassa as fronteiras brasileiras, abrangendo, total ou parcialmente, nove unidades políticas, a saber: Brasil, Colômbia, Bolívia, Peru, Venezuela, Equador, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Em seu conjunto, apresenta este impressionante quadro: *compreende quatro décimos do continente americano e a vigésima parte da superfície da Terra, dispondo de mais de um quarto do total mundial de água doce e da terça parte das reservas de florestas latifoliadas do globo.*

Além disso, a Amazônia chega aos dias atuais como uma fonte incomparável de pureza natural. As suas águas, em estado de pureza e na quantidade atrás mencionada, assim como a clorofila das suas florestas, esta através do fenômeno da fotossíntese, absorvem parte do gás carbônico produzido pelas cidades e devolvem ao ar o oxigênio que o homem respira. Afirma-se, até, que a Amazônia é responsável por 50% do oxigênio produzido na Terra.

1.3.2. *Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira*

A Amazônia Legal ou Brasileira, assim conceituada por força da Lei n.º 1.806, de 1953, compreende os Estados do Pará, Amazonas e Acre e Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, além de parcialmente os Estados do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º, Mato Grosso e Goiás, ao norte dos paralelos de 16º e 13º, respectivamente.

De acordo com recentes estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nessa imensidão de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados de território — mais da metade do Brasil e maior que toda a Europa Ocidental — vivem cerca de 8.057.640 habitantes, ou seja, apenas 3,5% da população brasileira, do que resulta a baixa densidade demográfica de 1,62 hab/km², sendo o Maranhão o mais populoso, com 12,86 hab/km², e o mais desértico o Território de Roraima, com apenas 0,20 hab/km².

O tamanho descomunal da área amazônica, que em última análise significa enormes espaços vazios, pode ser melhor sentido pelos seguintes dados: o Município de Altamira, no Estado do Pará, com 258.424 km², é maior do que o Estado de São Paulo; o de Itaituba, ainda no Pará, com 160.863 km², é maior do que o Estado do Ceará; e o de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, com 169.051 km², é maior do que os Estados de Pernambuco e Paraíba, juntos.

Vale acentuar, ainda, que a linha de fronteira internacional da Amazônia atinge mais de 11.200 quilômetros de comprimento, sendo seu povoamento perceptível, para o interior, apenas na extensão de 150 quilômetros.

Limita-se a Amazônia Legal com os seguintes países: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

2. O DESAFIO AMAZÔNICO

2.1. *Potencialidades da Região*

Os três grandes fatores que predominam na paisagem física da região — Terra, Água, Floresta — “constituem fontes de matérias-primas de valor econômico inestimável capazes de satisfazer às necessidades do mundo moderno”. A Terra, quanto ao solo, podendo

possibilitar, tanto nas *várzeas* como na *terra firme*, uma agricultura altamente rentável e econômica; quanto ao subsolo, acenando com perspectivas animadoras para a exploração proveitosa de ferro, manganês, cassiterita, ouro, diamante, cristal de rocha, calcário e anidrita. A Água, além do transporte fácil através do sistema hidrográfico da região, que representa cerca de 16.500 km de vias navegáveis permanentes, poderá proporcionar energia elétrica a baixo preço, com seu grande potencial hidráulico, e, com sua fauna aquática, alimentos capazes de suprir o *deficit* alimentar da população. A Floresta, com sua área de cerca de 377 milhões de hectares, propiciando maiores possibilidades de imediata utilização, tendo em vista que seus recursos, ao contrário do que ocorre com os minerais, estão visíveis e ao alcance de todos quantos queiram aproveitá-los.

2.2. Aspectos econômicos

Imagine-se o nosso País sem a Amazônia. Cartograficamente, o Brasil ficaria com contornos apenas transitoriamente estranhos e, em termos econômicos atuais, essa perda seria insignificante. Explica-se: a Amazônia contribui com menos de quatro por cento para a formação da renda total brasileira. Consome e produz menos de um por cento da energia elétrica do País. Sua densidade demográfica, como já foi dito, é de 1,62 hab/km², cerca de catorze vezes menor que a do resto do Brasil.

Mas, tais dados refletem apenas uma realidade aparente, consequência do esquecimento sistemático a que foi relegada a região, sendo certo que, computadas as suas imensas potencialidades e as já demonstradas condições de que é possível mudar radicalmente o quadro sócio-econômico, o Brasil sem a Amazônia significaria uma perda de grandes proporções, a saber: o País ficaria sem 5.019.450 km², ou seja, 59,4% de seu território; perderia 79,7% das suas reservas de madeira, 81% das de água, metade das jazidas de ferro, 100% das de estanho, 93% das de alumínio, a maior jazida de sal-gema do mundo (estimada em 10 trilhões de toneladas), e, possivelmente, a maior bacia petrolífera do globo, oitenta vezes mais extensa do que a grande área petrolífera do Recôncavo Baiano.

Presentemente, a economia da região tem o seu suporte nos produtos do setor primário, ou seja, extrativos e agrícolas. As atividades extrativas visam, sobretudo, a exploração de madeiras, castanha-do-Pará, pau-rosa e látex, sendo, em relação à demanda, pequena sua produção base em virtude, inclusive, da inexistência de um sistema racional de trabalho.

As agrícolas se dirigem especialmente para a juta, malva, arroz, feijão e pimenta-do-reino, produtos que, em sua maioria, são comercializados em mercados locais.

2.3. Tentativas de Valorização da Área

Remontam aos tempos coloniais, mais precisamente à segunda metade do século XVIII, as tentativas do Poder Público no sentido de incorporar a Amazônia à comunidade nacional. Nenhuma delas, no entanto, conseguiu atingir seus objetivos, à falta de uma estratégia operacional e viável que permitisse aprofundar a ação federal na área.

Realmente, as estruturas, instituições e instrumentos então existentes — primitivos e obsoletos — não tinham condições de dar apoio e sustentação às iniciativas isoladas. Estas, em razão disso, se estiolavam e se diluíam "frente ao grande vazio do espaço desarticulado e ao atraso do nosso relógio na história".

Justamente em decorrência desses fatores, foi que a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), entidade criada em 1953 para atender o disposto no artigo 199 da Constituição Federal então vigente, não conseguiu, em quase treze anos de funcionamento, cumprir os objetivos políticos e econômicos que inspiraram sua instituição.

2.4. Ôbices ao Desenvolvimento

Em face do exposto, o Governo Federal, para executar na área as medidas que se impunham para sua integração ao espaço econômico brasileiro, teria, forçosamente, que formular uma estratégia capaz de superar, entre outros, os seguintes obstáculos:

- a) base física superdimensionada;
- b) baixíssima densidade demográfica;
- c) escassez de recursos humanos para a ocupação das fronteiras econômicas, à semelhança do que ocorre com as geográficas;
- d) prática do extrativismo predatório;
- e) precariedade de infra-estrutura para atender às necessidades de transporte, comunicações e energia dos núcleos populacionais;
- f) ausência de mentalidade agrária na quase totalidade da região;
- g) falta de coordenação das atividades dos órgãos federais na área; e
- h) insuficiência de espírito empresarial privado.

3. RESPOSTA AO DESAFIO

3.1. "Operação Amazônica"

A história deste País haverá de consignar, certamente, que o início efetivo da conquista da Amazônia foi senão o maior, pelo menos um dos mais memoráveis acontecimentos cívicos brasileiros deste fim de século.

Embora sabendo que não era uma empresa para "os primeiros cem dias, nem para os primeiros mil dias", o Governo Federal, sob os influxos da nova ordem reinante no País a partir de março de 1964, e, ainda, atento à necessidade de promover, o quanto antes, a definitiva integração da Amazônia ao Brasil, decidiu, como bem afirmou o Presidente Castelo Branco, aceitar o "temível desafio".

Desse modo, foi lançada em 1965 a chamada "Operação Amazônica" que, prevenida contra as experiências fracassadas do passado, trazia como fundamento a reformulação dos principais órgãos do Governo Federal na área, que se haviam deixado "entorpecer por uma atmosfera de atuação tímida, politizada, paternalista". A SPVEA foi, então, substituída pela SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia —, calcada no modelo da SUDENE e devidamente adaptada à região. O Banco de Crédito da Amazônia que se dedicava quase exclusivamente ao monopólio da borracha, foi transformado no Banco da Amazônia S.A. — BASA —, isto é, num autêntico estabelecimento de crédito para o desenvolvimento regional.

Enquanto à SUDAM foi dada a primordial tarefa de "planejar, promover e coordenar a ação Federal na Amazônia", ao BASA foi atribuída, entre outras, a incumbência de funcionar como agente financeiro daquela entidade e a de "executar a política do Governo Federal na região, relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social".

É interessante registrar que, devido ao trabalho de coordenação e liderança da SUDAM e à sustentação financeira do BASA, a Amazônia oferece, atualmente, "um aspecto animador e condições ambientais para dar maior dimensão ao desenvolvimento planejado e em execução".

De fato, com recursos orçamentários próprios, complementados com outros provenientes de órgãos federais, estaduais e municipais que atuam na área, vem esse organismo acelerando importantes empreendimentos do setor público, tais como: construção de rodovias, construção de usinas hidrelétricas, ampliação e remodelação de usinas termelétricas, construção de aeroportos e campos de pouso, reaparelhamento de portos, desobstrução e balizamento de rios e vias navegáveis, telecomunicações e obras de saneamento básico, como abastecimento de água, serviços de esgotos, etc.

Nos primeiros cinco anos de existência, todos visando a execução desses empreendimentos tão fundamentais para o progresso e a integração da Amazônia, a SUDAM firmou 597 convênios e contratos, representando isso a aplicação de recursos da ordem de 235 milhões, 21 mil, 720 cruzeiros e 26 centavos.

Concomitantemente a essas transformações, foi implantada na região, com fulcro na Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966, uma nova política baseada na concessão de "favores", estímulos e incentivos

fiscais, com a finalidade de atrair para a área capitais, técnicos e organizações de iniciativa privada, capazes de desencadear um processo de desenvolvimento duradouro e auto-sustentado".

Esses favores são os seguintes:

- Isenção total, até 1982, do Imposto de Renda e quaisquer adicionais, para os empreendimentos industriais e agropecuários que se instalarem até o exercício financeiro de 1971, na Amazônia.
- Isenção de 50% do Imposto de Renda e quaisquer adicionais, para os empreendimentos econômicos que se encontravam efetivamente instalados e funcionando normalmente aos 31 de outubro de 1966.
- Isenção do Imposto de Importação e Taxas Federais para máquinas, equipamentos e acessórios e motores marítimos, inclusive suas peças de reposição. Estarão isentas de taxas federais as vendas de câmbio, para a importação de máquinas e equipamentos, bem como a importação de motores marítimos.
- Isenção de Impostos e Taxas Federais sobre a atualização contábil do valor das áreas dos imóveis rurais e aumentos de capital.
- Possibilidade de realização dos empreendimentos com um mínimo de 25% do valor total dos recursos próprios.
- Dedução de até 50% do Imposto de Renda e quaisquer adicionais, pelas pessoas jurídicas registradas no País, para inversão em projetos industriais, agropecuários e de serviços.
- Dedução do Imposto de Renda e seus adicionais de até 75% do valor das "Obrigações Amazônia", de emissão do BASA, adquiridas pelas pessoas jurídicas registradas no País.

Cabe à SUDAM, por força de lei, administrar a política de incentivos fiscais, e, no uso desta atribuição, aprovou (até 31-12-971) 416 projetos econômicos, nos quais serão mobilizados recursos financeiros no elevado montante de 4 bilhões, 343 milhões, 899 mil e 701 cruzeiros. Esses projetos estão assim discriminados: 281 pertencem ao setor agropecuário, 152 ao setor industrial e 13 ao setor de serviços básicos, compreendendo energia elétrica, transporte, educação e turismo.

3.2. Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

Tendo em vista que o Estado do Amazonas, por fatores os mais variados e complexos, inclusive por falta de infra-estrutura de transporte, comunicação e energia, não tinha condições para, na captação de investimentos privados, competir com as outras unidades inte-

grantes da Amazônia Legal, o Governo Federal resolveu criar, através do Decreto n.º 288, de 27 de fevereiro de 1967, a Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), com a finalidade de fazer surgir, no interior da região, através de incentivos fiscais especiais "um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, dos centros consumidores dos seus produtos".

A Zona Franca de Manaus, que é, do mesmo modo que a SUDAM e o BASA, um órgão vinculado ao Ministério do Interior, tem a apoiá-la toda uma estrutura de favorecimentos fiscais, através da qual já se puderam colher, por exemplo, os seguintes resultados positivos:

- a) atração de capitais alienígenas;
- b) criação de amplo mercado de trabalho;
- c) elevação do volume de negócios;
- d) deflagração de um processo inaudito de industrialização;
- e) incremento do turismo;
- f) aumento da renda real da população, ocasionado pela baixa do preço dos gêneros de primeira necessidade.

Com seu Distrito Industrial, cuja implantação está sendo dinamizada e acelerada, a Zona Franca de Manaus prestará, certamente, maior gama de benefícios à Região, especialmente do Amazonas, Estado que hoje, como uma resultante dos cinco anos de funcionamento desse órgão, apresenta uma renda *per capita* de mais de 500 dólares, superior, assim, à média brasileira, que gira em torno de 450 dólares.

Esse Distrito Industrial constitui, aliás, a principal finalidade da Zona Franca de Manaus e nele deverá funcionar uma "Área Internacional" de, aproximadamente, 500.000 metros quadrados, destinada à estocagem de mercadorias de procedência estrangeira em trânsito para outros países, ou que ingressem na Zona Franca sob regime especial de suspensão de direitos, até que sejam comercializadas.

Dentro de sua área (10.000 km²), a Zona Franca de Manaus oferece as seguintes vantagens:

- Isenção de IPI para as mercadorias produzidas ou industrializadas;
- Isenção do ICM e do IPI para as mercadorias de origem nacional destinadas ao consumo ou industrialização ou reexportação para o estrangeiro;

- Isenção do Imposto de Exportação para mercadorias exportadas para o Exterior;
- Concessão, pelo Estado do Amazonas, de Crédito Fiscal para efeito do pagamento do ICM incidente sobre as mercadorias entradas.
- Isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, pelo Município de Manaus, às empresas ou profissionais autônomos, prestadores de serviços, com ou sem estabelecimento fixo; e
- Incidência do Imposto de Exportação apenas sobre as matérias-primas ou partes componentes, existentes nas mercadorias ali produzidas, beneficiadas ou industrializadas e destinadas a qualquer ponto do território nacional, com uma redução percentual de alíquotas de importação igual ao percentual do valor adicionado no processo de industrialização local, em relação ao custo total da mercadoria.

3.3. Projeto Rondon

O Projeto Rondon foi instituído em 1968 (Decreto n.º 62.927, de 28 de junho), com a finalidade de "promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a *participar do processo de integração nacional*".

Em novembro de 1970, através do Decreto n.º 67.505, teve sua estrutura reformulada, ficando-lhe assegurada autonomia administrativa e financeira. Em decorrência disso, foram criadas oito Coordenações Regionais (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental, Meio-Norte, Nordeste, Centro-Leste, Centro-Oeste, Centro-Sul e Sul).

Possui atualmente dez CAMPI Avançados, nas seguintes localidades: Porto Velho, em Rondônia; Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre, Altamira, Marabá e Santarém, no Pará; Tefé e Parintins, no Amazonas; Aragarças e Barra do Garça, na divisa de Mato Grosso e Goiás; e Boa Vista, em Roraima.

No caso particular da Amazônia, vem o Projeto Rondon prestando inestimáveis benefícios através dos CAMPI ali instalados, seja no atendimento direto à população, seja no trabalho de aperfeiçoamento técnico das administrações municipais, ou no encaminhamento à exploração racional dos recursos regionais.

Ao focalizarmos esse trabalho, inegavelmente integracionista, que o Projeto Rondon desenvolve na Amazônia, parece-nos importante ressaltar que vários dos seus participantes resolveram, após diplomados, exercer suas atividades na região, juntando-se, assim, em caráter permanente, aos que se empenham, ali, pelo desenvolvimento e pelo progresso.

3.4. Projeto RADAM

O Projeto RADAM (Radar na Amazônia) representa a participação efetiva do Ministério das Minas e Energia no Programa de Integração Nacional do Governo Brasileiro. Trata-se de um dos maiores e mais amplos programas jamais feitos para mapear recursos naturais. Utiliza "imagens de radar de visada lateral, em conjunto com a quantidade limitada de fotografias aéreas infravermelhas coloridas e multiespectrais, tomadas de alta e baixa altitude e com a verificação de campo para mapear os recursos naturais em uma área de 3,8 quilômetros quadrados". Um dos seus objetivos fundamentais é produzir Informações Básicas para o planejamento e execução do desenvolvimento da Região Amazônica, de modo a melhor integrá-la ao País.

Seus estudos preliminares tiveram início em 1970 e sua operação aérea (levantamento aerofotogramétrico), na qual é utilizado um avião "Caravelle", começou em junho de 1971.

Várias imagens já foram adquiridas pelo RADAM, inclusive na Amazônia, estando as mesmas, no momento, sendo interpretadas pelos seus técnicos — todos de nacionalidade brasileira — para geocartografia, geomorfologia, geologia, vegetação e solos. Essas interpretações levarão a mapas de uso potencial da terra, a inventários de recursos florestais e minerais, potencial hidrelétrico e de água potável, estradas potenciais e uma estimativa potencial da agricultura.

Dar-nos-á o RADAM, assim, até 1974, data em que, por lei, deverão estar concluídos seus trabalhos, um amplo e sistemático levantamento dos recursos naturais da Amazônia, advindo daí, então, maiores possibilidades e facilidades para sua exploração racional e rentável.

De uma vez por todas — e ensejando perspectivas mais promissoras para o progresso e a integração daquela grande parcela do território nacional — abrir-se-á a cortina que ainda envolve riquezas semelhantes ao ferro da Serra dos Carajás, do manganês da Serra do Navio e da cassiterita do Território de Rondônia.

3.5. Transamazônica e Cuiabá — Santarém

A Transamazônica, numa extensão total de aproximadamente 5.500 quilômetros, desde João Pessoa, na Paraíba, e Recife, em Pernambuco, até a fronteira com o Peru, onde se integrará ao sistema rodoviário daquele País, é, incontestavelmente, a mais gigantesca das obras que o Governo realiza na Amazônia, além de ser, tipicamente, uma via de colonização. Unindo importantes terminais navegáveis, como os dos rios Tocantins, Tapajós e Xingu, ela se associa com o natural sistema hidroviário e atrairá para as regiões interiores migrações interessadas, inclusive, na exploração agrícola.

Além disso, a rodovia de integração nacional, conforme é comumente chamada, veio modificar muitos conceitos que se faziam sobre a Região Amazônica. Ela mostra que a área não é uma planície indeterminada, quando atravessa formações montanhosas; revela também a existência de bom clima e de terras férteis para, praticamente, qualquer tipo de cultura.

Já se entregaram ao tráfego, nos últimos dias de setembro, com a presença do Presidente da República, 1.253 quilômetros, ligando as localidades de Estreito, no Estado do Maranhão, a Itaituba, no Estado do Pará.

Do mesmo modo que a Transamazônica, faz parte do Programa de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1970, a Culabá — Santarém — rodovia que, nos seus 1.500 quilômetros de extensão, grande parte deles já construídos, atravessa os vales dos rios Tapajós e Jamanxin, os quais, sobre serem propícios ao estabelecimento de atividades agrícolas e pecuárias, oferecem dados animadores quanto a ocorrências de ouro, estanho, manganês, diamante, carvão e cristal de rocha.

Essas rodovias, assim como a Belém — Brasília, hoje já proporcionando notável desenvolvimento na sua faixa de influência; a Porto Velho — Manaus, já em fase de conclusão; a Manaus — Caracará — Boa Vista — Fronteira da Venezuela, já quase atingindo a capital do Território de Roraima; a Perimetral Norte e tantas outras simbolizam, na verdade, a disposição do Governo Federal de enfrentar — e vencer! — o grande desafio amazônico.

Simultaneamente com a construção dessas rodovias, que está a exigir uma movimentação de maquinarias, homens, empresas e capitais, como jamais se viu na região, cuida o Governo, como veremos adiante, de dar especial ênfase a programas de magna importância para a definitiva fixação do homem ao longo do traçado rodoviário e, conseqüentemente, para o efetivo desenvolvimento regional.

3.6. As agrovilas

As agrovilas, as agrópolis e as rurópolis representam não só palavras novas no noticiário jornalístico do País, mas, também, instrumentos humanos de ocupação racional de uma região fantástica e desconhecida.

A agrovila é o menor centro de integração da comunidade urbano-rural, compondo-se, em média, de 50 famílias instaladas em lotes rurais de 100 hectares cada um. Compreende, essencialmente, ensino primário, Posto de Serviço de Saúde e um comércio reduzido.

Centro de segunda grandeza, a agrópolis polariza em volta de si 20 agrovilas, ou seja, mil famílias de colonos e mais as famílias vinculadas aos setores não agrícolas. É integrado por um Centro

Administrativo dos órgãos públicos de apoio, cooperativa, posto de assistência técnica, escola primária e futuramente escola secundária agro-industrial, além de demais serviços básicos.

A rurópolis será um centro de integração microrregional da comunidade, formada pelas agrovilas. Tais centros comunitários desenvolver-se-ão nas rodovias, a cada 140 quilômetros, surgindo inicialmente com o desenvolvimento de atuais formações urbanas, como Altamira, Marabá, Itaituba, Santarém e outras.

Pela grandeza da obra, pelo seu sentido econômico-social e, até, por uma questão de segurança nacional, a colonização da Amazônia tem merecido especial atenção da parte do Governo Federal, atuando nesse campo através do Ministério da Agricultura. As metas estabelecidas pelo Programa de Integração Nacional vêm sendo cumpridas, de tal modo, que até 1974 deverão estar localizadas naquela área 100 mil famílias ou mais. Em 1971, na primeira etapa da execução do Programa, já 10 mil famílias dos mais diversos pontos do País, foram deslocadas para os pólos de colonização implantados ao longo das rodovias. Neste ano de 1972, quando o *know-how* implantado já permite um maior desembaraço na estratégia de assentamentos, pretende o Governo chegar ao fim do exercício com a duplicação daqueles números, para triplicá-los em 1973 e quadruplicá-los em 1974.

Das agrovilas previstas, 8 (oito) já foram construídas entre os quilômetros 17 e 177 do trecho Altamira — Itaituba, vivendo nessa faixa, hoje, nada menos do que mil e seiscentas pessoas.

3.7. Valorização do Homem Amazônico

O homem amazônico — aquele que, enfrentando um meio hostil e inóspito, lutava desesperadamente para sobreviver — tem estado sempre presente nas cogitações do Governo Federal, convicto este, por certo, de que, sem ampará-lo e sem assisti-lo adequada e convenientemente, jamais seria possível atingir-se, naquela região, o estágio ideal de desenvolvimento e progresso.

Prova evidente dessa preocupação pelo amazônida, do interesse em assegurar-lhe condições de vida, compatíveis com a sua posição de força viva da comunidade nacional, é a atuação que vem sendo desenvolvida, em todos os quadrantes da Região, pelos Ministérios da Saúde, da Educação e Cultura e do Trabalho e Previdência Social.

Hoje, esteja ele no trabalho de abertura de rodovias, na extração da castanha ou do látex, na labuta agrícola ou industrial, ao seu lado está a presença constante do Governo Federal, dando-lhe escolas, proporcionando-lhe assistência médica e hospitalar, assegurando-lhe os direitos decorrentes de sua qualidade de obreiro do soergulimento da Região, e, afinal, preparando-o para exercer de modo mais proveitoso sua ocupação ou atividade.

O planejamento, a coordenação e a execução — podendo esta ser feita diretamente ou através de convênios com entidades públicas e particulares da área — estão a cargo de órgãos criados especialmente para esse fim, como, por exemplo, a Secretaria Especial de Saúde da Amazônia e o Grupo-Tarefa da Transamazônica, vinculados, respectivamente, aos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Previdência Social.

Resumida e especificamente, compete a esses dois órgãos:

I — SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE:

- a) controle sistemático da malária, filariose e febre amarela, com o objetivo de melhorar as condições sanitárias da região;
- b) aumento do número de leitos hospitalares, com a finalidade de ampliar a medicina curativa e, em conseqüência, diminuir o índice de mortalidade.

II — GRUPO-TAREFA DA TRANSAMAZÔNICA — GTTA:

- a) ampla assistência médico-hospitalar;
- b) treinamento de mão-de-obra especializada;
- c) assistência e previdência social aos trabalhadores e seus dependentes.

Quanto à atuação do Ministério da Educação e Cultura na área, ela consiste, essencialmente, no seguinte:

- a) alfabetização através do MOBREAL;
- b) Escolas Polivalentes e Centros de Habilitação Profissional;
- c) treinamento de professores e Unidades Volantes dispostas de bibliotecas e oficinas.

3.8. Telecomunicações

A Amazônia, que vivia completamente isolada do resto do País, está sentindo, hoje, o milagre da comunicação a longa distância, haja vista que seus principais centros, como Belém, Manaus, Culabá e Rio Branco, podem comunicar-se com nitidez absoluta, via EMBRATEL, com o Brasil inteiro e também com o Exterior. Pode-se dizer, diante disso, que a Região, graças aos esforços do Governo Federal, aliados aos recursos que oferece a moderna tecnologia, já está integrada pelas "estradas invisíveis" ao todo nacional.

O sistema que ali está sendo utilizado pelo Ministério das Comunicações é o de microondas em tropodifusão, que, no gênero, é o maior do mundo e cuja adoção decorreu das condições topográficas da área.

Embora não permita visibilidade, esse processo tem capacidade de atender — e na realidade está atendendo — a serviços de telefonia automática, telegrafia, transmissão de dados, fac-simile e transmissão de programas de alta fidelidade.

Suas estações repetidoras, distantes 300 quilômetros umas das outras, constituem, em plena selva, a imagem de um contraste curioso do Brasil-72: "a tecnologia avançando através do mundo primitivo da Hiléia, integrando 60% do território nacional pelas telecomunicações."

Esse sistema apoia-se, atualmente, nos seguintes troncos:

- Belém — Manaus, servindo Macapá, no Território do Amapá, Almeirim e Santarém, no Pará, e Parintins e Itacoatiara, no Amazonas;
- Campo Grande — Rio Branco, interligando Corumbá e Culabá, no Estado do Mato Grosso, Porto Velho, Vilhena e Guajará-Mirim, no Território de Rondônia e Rio Branco, no Acre;
- Porto Velho — Manaus, servindo também a Manicoré e Humaitá, no Estado do Amazonas.

3.9. Presença das Forças Armadas

Além de suas atribuições normais, isto é, daquelas que interessam diretamente à segurança nacional, como o guarnecimento das fronteiras, o patrulhamento dos rios e do litoral e o policiamento do espaço aéreo, as Forças Armadas Brasileiras — Exército, Marinha e Aeronáutica — executam na Amazônia, de longa data, um extraordinário trabalho de integração e de progresso.

Quer no setor de educação, quer no de saúde, quer no de transporte, quer, mesmo, no agrícola, sente-se, naquele universo verde, a presença desse poderoso tripé, numa ação conjunta e inteiramente voltada para os referidos Objetivos Nacionais Permanentes.

É inestimável, com efeito, o acervo de realizações, em prol do soerguimento sócio-econômico da Amazônia, das nossas gloriosas forças de Terra, Mar e Ar, podendo-se afirmar, sem receio de contestação, que, na luta pela redenção da área, cabe-lhes uma contribuição das mais expressivas e significativas.

Tais atividades, levadas a efeito silenciosamente, dentro, aliás, de uma tradição das Forças Armadas, podem ser sintetizadas nas seguintes:

I — EXERCITO:

a) construção de estradas, através de seus Batalhões de Engenharia;

b) assistência médico-dentária permanente às populações que se distribuem na extensa faixa fronteiriça da região;

c) manutenção de escolas primárias e ginasiais, inclusive junto aos Batalhões, Pelotões e Companhias de fronteira.

II — MARINHA:

a) assistência médica, sanitária e educacional às populações ribeirinhas, pela Flotilha do Amazonas e Grupamento Naval do Norte;

b) transporte de mercadorias, medicamentos e materiais para os pontos mais afastados da região;

c) ensino profissional marítimo e alfabetização, através de suas Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências localizadas na área.

III — AERONÁUTICA:

a) construção de campos de pouso e aeroportos, através da COMARA — Comissão de Aeroportos da Região Amazônica;

b) transporte de correspondência, gêneros alimentícios, medicamentos e utensílios para as localidades mais distantes do "hinterland" amazônico;

c) missões de socorro e salvamento.

4. CONCLUSÃO

4.1. Resultados e Perspectivas Animadores

Face ao exposto, inexistente dúvida de que as medidas adotadas pelo Governo Federal, através da totalidade dos seus Ministérios, no sentido de povoar, desenvolver e integrar a Amazônia, vêm apresentando resultados bastante animadores, numa prova eloqüente de sua validade e de sua eficácia para a concretização dos propósitos que as ditaram.

Efetivamente — e procuramos, no decorrer do nosso trabalho, salientar esse aspecto — em decorrência de tais providências está sendo montada na Região, em bases sólidas, a infra-estrutura de que tanto carecia para, saindo da estagnação e do atraso em que se encontrava, alçar-se à posição que, pelas suas potencialidades e riquezas, lhe está reservada no quadro econômico brasileiro.

Todavia, sendo a Amazônia, como vimos, uma área de dimensões continentais, é muito natural que algumas de suas unidades ainda não tenham auferido, em toda sua plenitude, os benefícios oriundos da atuação governamental que nela se processa, em busca de sua definitiva, necessária e desejada conquista.

Estamos certos, no entanto, de que, em prazo não muito longo, o mundo amazônico, mercê da ação integrada, vigorosa e patriótica que ali vem executando o Governo Federal, superará todos os óbices que ainda entravam sua caminhada em demanda à prosperidade e, enfim, à sua definitiva incorporação ao contexto sócio econômico, político e cultural do Brasil.

4.2. Medidas Complementares

Consoante já deixamos claro, tudo o que tem feito o Governo Federal na Amazônia se reveste do tônus da oportunidade e da imperiosidade, valendo dizer, ainda, que, se outras providências não pões em prática, na tentativa de ganhar o tempo perdido, deve-se isso tão-somente à impossibilidade — material e humana — de, ao mesmo tempo, realizar o *necessário* e o *possível* para erguer um gigante que, há mais de quatrocentos anos, guarnecido de florestas exuberantes e rios caudalosos, desafiava a capacidade dos brasileiros.

Na medida em que a Região for crescendo, impulsionada pelas providências atualmente em plena e satisfatória execução, outras inevitavelmente surgirão para aperfeiçoar, ampliar, consolidar e cristalizar o elenco de realizações que está aparecendo na esteira da caminhada — iniludivelmente pioneira — ora empreendida no Grande Vale.

Permitimo-nos, desde já, no entanto, visando dinamizar ainda mais o progresso que experimenta a Região, sugerir, como complemento às já adotadas, ali, para a concretização desse ONP, as seguintes medidas:

I — Coordenação mais estreita dos órgãos governamentais com atuação na área, em diferentes níveis a fim de reduzir-se ao mínimo possível, no interesse da integração e progresso da mesma, a dispersão de esforços e atividades;

II — Concessão de maiores estímulos para o incremento do turismo na região, tendo em vista que essa indústria constitui uma alternativa válida para o desenvolvimento, promovendo, como realmente promove, a integração sentimental, humana e social;

III — Introdução, na Amazônia Ocidental, em prazo relativamente curto, do sistema de colonização que vem sendo utilizado, com reais proveitos, ao longo da Rodovia Transamazônica, aproveitadas, no caso, as áreas agricultáveis levantadas pelo Projeto RADAM.

IV — Expansão dos efetivos militares empregados na área, com o fim de atender às necessidades decorrentes do surto de progresso que a região atualmente atravessa, mercê da ação eficiente que ali vem desenvolvendo, de 1964 para cá, o Governo Federal;

V — Criação de cooperativas de produção nas agrovilas já existentes na Transamazônica, uma vez que a reunião de colonos, além de ser fator de estímulo recíproco, permite a aquisição de melhores e mais modernos instrumentos de trabalho, com maior produtividade;

VI — Maior descentralização das atividades da SUDAM, de maneira que o empresariado da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre e Territórios de Rondônia e Roraima) não se veja forçado a deslocar-se para Belém do Pará, com perda de tempo e grande dispêndio

de dinheiro, para acompanhar a tramitação de projetos econômicos do seu interesse;

VII — Melhores condições ao Estado do Acre e ao Território de Roraima para que, semelhantemente ao que vem ocorrendo no Amazonas, possam montar uma infra-estrutura capaz de atrair, com vistas à exploração de suas potencialidades, a atenção dos investidores nacionais;

VIII — Adoção de medidas disciplinares de ocorrências minerais na região, com o fim de evitar-se que as fazidas, trabalhadas por processos rudimentares de garimpagem, não apresentem rendimento condizente com seu efetivo potencial.

BIBLIOGRAFIA

- "Relatório Geral de Atividades" — Ministério do Interior — 1971.
 - "SUDAM em Revista" — n.º 12 — 1971.
 - "Relatórios do Projeto RADAM" — (números 1, 2, 3, 4, 5 e 6).
 - "Reflexos da Zona Franca de Manaus no Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas" — Análises e Sugestões — 1969.
 - "SUDAM — Breves Considerações" — Belém — 1971.
 - "Amazonas & Desenvolvimento" — Waldir Bouchid.
 - "Considerações em torno de uma integração da Amazônia à Comunidade Nacional" — Economista Ronaldo Bonfim e Engenheiro Agrônomo Wanderbilt Barros.
 - "Radiografia das Riquezas da Amazônia" — Revista "O Cruzeiro" — (28-6-72).
 - "Encontro de Gerações" — Dr. José Francisco Moura Cavalcanti, Presidente do INCRA.
 - "Levantamentos dos Recursos Naturais das Regiões Amazônica e Nordeste do Brasil por meio do Radar e outros sensores" — (Separata da "Revista Brasileira de Cartografia" — Ano 3, n.º 6)
 - "Recursos Minerais da Amazônia" — Revista "Industrial e Produtividade" — Abril de 1972.
 - "Uma nova Filosofia de Governo" — Ministério do Interior.
 - "Telecomunicações em Revista" — N.º 8 — 1972.
 - "Estradas na Amazônia" — (Relatório apresentado pelo Engenheiro Elizeu Rezende ao VI Congresso da Federação Rodoviária Internacional, realizado em Montreal, Canadá).
 - "Política e Estratégia na Grande Amazônia Brasileira" — Professor Samuel Benchimol, Catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas.
 - "A Amazônia — seu grande potencial de recursos naturais e oportunidades de industrialização" — Professora Clara Pandolfo — Belém (PA) — 1969.
 - "Discursos" — 1965 e 1966) — Presidente Castello Branco.
 - "Ação e Apoio à Rodovia Transamazônica" — Ministério do Trabalho — 1972.
 - "Enciclopédia Delta Larousse".
 - "A problemática da Amazônia" — Biblioteca do Exército Editora.
 - "A Realidade" — (outubro/71).
 - "Exposição à Comissão de Valorização Econômica da Amazônia da Câmara dos Deputados" — Engenheiro João Walter de Andrade (1967).
- (1) O Grupo de Trabalho se compunha, além da Chefia já citada, das seguintes personalidades:
- Economista Clovis Renato Falkemback Tamer;
 - Major do Exército Nelson Tinoco Viana
 - Deputado Federal Raimundo Gomes de Araújo Parente;
 - Dr. Raimundo de Oliveira Magalhães Neto;
 - Dr. Sebastião Ribeiro Salomão.